

petências atribuídas pela orgânica do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, destacando-se as actividades relacionadas com a regulamentação comunitária e nacional da política sócio-estrutural, com a participação em *comités* e grupos de trabalho comunitários respeitantes às estruturas agrícolas e agro-alimentares e a participação na gestão, na programação, no acompanhamento, no controlo e na avaliação dos instrumentos de política sectorial existentes (coordenação, colaboração e ou representação do GPPAA), nomeadamente nos constantes do QCA III.

3.2 — Técnico superior do Ministério da Agricultura:

Na Divisão de Planeamento e Políticas, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar — de 1998 a 2000;

Na Divisão de Estudos e Análise da Conjuntura, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar — em 1997;

Na Divisão de Planeamento e Orçamentação do Instituto das Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural — de 1994 a 1996;

Na Divisão de Planeamento da Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura — entre 1991 e 1993.

3.3 — Estagiário na Direcção de Crédito à Agricultura e Pescas da Caixa Geral de Depósitos — durante o ano de 1990.

Despacho n.º 14 110/2005 (2.ª série). — Nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, Ana Godinho Mira Castro directora de serviços dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da nomeada, detentora de larga experiência em matéria de assuntos europeus na área agrícola, nomeadamente na participação em reuniões e *comités* nas instâncias comunitárias, conforme a síntese curricular anexada.

7 de Junho de 2005. — O Director, *António Manuel Soares Serrano*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Ana Godinho Mira de Castro.
Naturalidade — Moura.

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

3 — Actividade profissional:

Chefe de divisão de Assuntos Europeus, da Direcção de Serviços de Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, desde Maio de 1997;

Representante nacional nos grupos do conselho e *comités* de gestão da Comissão Europeia, em Bruxelas, relativos aos produtos agrícolas transformados e à promoção dos produtos agrícolas;

Membro do grupo de trabalho que preparou a presidência portuguesa da UE em 2000, na área da agricultura, criado pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

Vogal suplente no Conselho Técnico Aduaneiro, em representação do MADRP;

Técnica superior do Instituto de Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar (IMAIA) com funções a nível do acompanhamento e análise do funcionamento e da evolução dos mercados dos produtos constantes da OCM dos cereais e arroz e da representação nos grupos de conselho e *comités* de gestão da Comissão no âmbito do mesmo sector;

Técnica superior no Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), tendo a seu cargo a execução das medidas de intervenção previstas na regulamentação comunitária no âmbito do FEOGA-Garantia, no sector dos produtos transformados à base de frutas e legumes e a representação nos comités de gestão da Comissão no âmbito do mesmo sector;

Técnica superior no Departamento Central de Planeamento, com funções ao nível do acompanhamento da evolução das variáveis macroeconómicas e elaboração dos capítulos correspondentes dos relatórios de situação económica.

Despacho n.º 14 111/2005 (2.ª série):

Maria Leonor da Silva Casimiro, assessora principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal do Gabinete de Planeamento

e Política Agro-Alimentar — autorizado o seu destacamento, com efeitos reportados a 1 de Julho, para a Comissão de Planeamento de Emergência da Agricultura, ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

7 de Junho de 2005. — O Director, *António Manuel Soares Serrano*.

Inspecção-Geral e Auditoria de Gestão

Despacho (extracto) n.º 14 112/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 7 de Junho de 2005:

Anabela Braga Adónis, Fátima Maria Nobre Jorge, Paula Cristina Ramos de Almeida Leão, Hortense da Conceição e António Manuel Antunes Moraes, inspectores principais da carreira de inspector superior do quadro de pessoal da Inspecção-Geral e Auditoria de Gestão — nomeados definitivamente, após concurso, na categoria de inspector superior da mesma carreira e no mesmo quadro de pessoal, ficando posicionados no escalão 1, índice 670, considerando-se exonerados da categoria anterior a partir da data da aceitação do novo lugar. Foi dado cumprimento ao disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, tendo sido obtida a declaração de confirmação de cabimento orçamental. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *José Manuel Mendonça Lima*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 6278/2005 (2.ª série). — Por meu despacho:

Maria de Fátima de Almeida Lima Quintela, técnica superior de 2.ª classe do quadro especial transitório criado na Secretaria-Geral do ex-MEPAT — nomeada definitivamente, precedendo concurso, com efeitos a 31 de Maio de 2005, no lugar de técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro especial transitório criado na Secretaria-Geral do ex-MEPAT. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Junho de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Filipe Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 14 113/2005 (2.ª série). — Os centros distritais de segurança social do Instituto da Segurança Social, I. P., são os serviços responsáveis, ao nível de cada um dos distritos, pela execução das medidas necessárias ao desenvolvimento, concretização e gestão das prestações do sistema de segurança social, sendo os respectivos directores nomeados sob proposta do conselho directivo daquele Instituto.

O licenciado Arménio Mendes Toscano reúne, nos termos do Regulamento do Pessoal Dirigente e Chefias do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovado pelo despacho n.º 11 464/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Maio de 2001, na redacção que lhe foi dada pelo despacho n.º 18 006/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Agosto de 2002, bem como nos termos do disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para além dos requisitos gerais para o exercício de funções dirigentes, as características especificamente adequadas ao desempenho do cargo, dado o seu perfil curricular e profissional, nomeadamente quanto à actividade por si desenvolvida na Administração Pública.

Assim, considerando a proposta apresentada pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 17 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e das competências que me foram dele-